

# A Positividade da Transexualidade nas Práticas de Medicalização do Corpo

Valdecio Mendes Pereira de Sousa<sup>1</sup>; Luiza Maria Silva de Freitas<sup>2</sup>

**SUMÁRIO:** 1 Introdução. 2 Referencial Teórico. 3 Resultados.  
4 Considerações Finais. 5 Referências.

**Resumo.** Este trabalho trata das nuances da transexualidade frente ao cuidado pelo SUS (Sistema Único de Saúde), considerando a questão da medicalização dos corpos, fundado no biopoder, estudado por Foucault. A ideia central do trabalho é a de expor as práticas de saúde pública no cuidado de indivíduos transexuais investigando inserção do papel da psicologia nesse contexto, a fim de entender as políticas de saúde ofertadas pelo Estado, bem como identificar as formas de normatização dos corpos. O método utilizado é uma pesquisa exploratória, a fim de se delimitar o problema de investigação com êxito, usando como busca de informações bases de dados digitais e livros, tendo como descritores as palavras *medicalização*, *trans* e *saúde pública*. O estado da arte deste trabalho se dá pelas definições de transexualidade, do cuidado no SUS com esse sujeito e as formas de como a biopolítica medicaliza os corpos, tendo como autores principais Michel Foucault e Berenice Bento. A discussão foi levada a partir da forma como a psicologia ocupa-se dos sujeitos, buscando meios de tangenciar os efeitos da medicalização dos corpos trans pelo esquadramento biopolítico em outros âmbitos, se fazendo pensar na subjetividade dos transexuais. Ademais, foi notado que esse olhar sensível às instâncias das pessoas trans ficam não somente no campo biológico, mas nas outras esferas de acolhimento da população, a fim de diminuir o sofrimento psíquico e manter a autonomia nas formas de viver..

**Palavras-chave:** Trans. Biopolítica. Sistema Único de Saúde. Psicologia.

---

<sup>1</sup> Discente de psicologia do Centro Universitário 7 de Setembro e bolsista do Programa de Iniciação à Docência pela disciplina de Psicologia e Saúde Coletiva I. <valdeciomendes75@gmail.com>.

<sup>2</sup> Mestre em psicologia e professora do Centro Universitário 7 de Setembro, orientadora do Programa de Iniciação à Docência na disciplina Psicologia e Saúde Coletiva I. <luizamaria66@yahoo.com.br>.

## 1 Introdução

O presente estudo provém de pesquisas realizadas durante o Programa de Iniciação à Docência (PID) da disciplina Psicologia e Saúde Coletiva I, no Centro Universitário 7 de Setembro, cujo tema central do estudo é o processo de medicalização dos corpos transexuais frente ao biopoder na regulação dos corpos.

É apontado por Foucault (2018) que medicalização é uma relação biomédica de cuidado dos corpos como um processo de normatização, ou mesmo uma tecnologia de regulação da vida, como estratégia de controle a partir de micropoderes produtores de discursos que normalizam os corpos. Oferecido tal entendimento, os dispositivos de poder que regem a sexualidade, trazidos por Foucault (1988), se configuram por uma composição de técnicas disciplinares baseada na saúde coletiva, a fim de se exercer o controle dos corpos. Pensando na ideia de dispositivos de poder que conduzem os corpos, Foucault (2018) oferece a perspectiva de positividade, sendo esta a efetividade de um saber, uma produção colocada no campo discursivo a fim de se colocar em evidência a relação de poder normatizadora que, segundo Santos e Lemos (2011), atravessa todos os corpos num aspecto de resistência e dominação.

A partir do exposto acima, podemos trazer um breve aparato histórico sobre a formação social da transexualidade feita por Bento (2006), mostrando que somente nos anos de 1950 começaram as publicações de defesa do “fenômeno transexual”, se tornando um marco inicial da visibilidade transexual na comunidade, a partir da construção de políticas públicas de cuidado específico dessa população, como a implementação da cirurgia de transgenitalização e processo de tratamento hormonal, dando entender que a transexualidade passa a ser, a datar da metade do século XX, pauta levantada em discussões de políticas de saúde, cidadania e segurança, e com o passar do tempo só se consolidou.

Com base na ideia de positividade da transexualidade, cabe aqui demonstrar as formas de como essa se exerce frente ao corpo transexual. Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (2014), houve um evento onde foi apresentado à sociedade a implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBTTT+ dentro dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), importante marco para a comunidade, porém pode-se notar que, até então, os âmbitos onde teriam um

acolhimento mais específico da população transexual no país era em poucas cidades, muito embora já houvessem projetos similares em alguns outros estados do Brasil.

Dito isso, na atenção à saúde pública, a psicologia teve maior prestígio a partir da reforma sanitária, após a redemocratização do Brasil, na segunda metade da década de 1980, tendo lugar em todos os núcleos do sistema de saúde. O principal papel da psicologia – e da equipe multidisciplinar como um todo – é de promover, prevenir reabilitar e curar, superando o modelo biomédico, pensando na saúde como um bem-estar biológico, psicológico, social e, até mesmo, espiritual, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), apesar de Furtado e Szapiro (2012) pensarem que o papel assistencial de cuidado, embora superado o modelo bio, ainda se configura nas estruturas de regular os corpos a partir da biopolítica.

Com o arranjo do que será investigado neste artigo, é trazido o questionamento: como se configura o processo de constituição do corpo transexual pelas práticas de saúde pública e onde cabe inserir a psicologia nesse contexto? Para iniciar a responder esta pergunta, teve-se por finalidade apresentar ao corpo social o regulamento que o SUS opera com a população transexual, haja vista que esta precisa estar inserida num discurso de poder sobre as identidades, que é produzida pelos modos de disciplinarização de comportamentos que se dão a partir dos estilos de vida dos indivíduos.

Ademais, é suscetível que este tema possa vir a ser pauta levantada em discussões acadêmicas, sobretudo no curso de psicologia, uma vez que, segundo Ventura (2010), para garantir uma verdade sobre seu corpo, é necessário um olhar mais sensível da ciência para com este indivíduo, a fim de guiar os passos que serão tomados a partir da decisão do sujeito intervir ou não sobre seu corpo, com auxílio do Governo.

Logo, o objetivo deste estudo é compreender como se insere o corpo transexual nas práticas integrais de assistência oferecidos pela saúde pública, sobretudo no âmbito da psicologia, além de identificar as formas de medicalização do corpo transexual frente a uma biopolítica e explorar o campo teórico-prático de cuidado da psicologia com a população transexual.

O método utilizado para a produção desta pesquisa foi um estudo exploratório da literatura sobre o tema, tendo em vista a necessidade de se delimitar o problema

de investigação com êxito, além de trazer uma perspectiva mais atual do tema para um melhor desenvolvimento do conhecimento, assim como nos diz Bento (2012), usando como base a busca de informações em bases de dados digitais, bem como pesquisas em livros.

Os critérios de inclusão dos materiais foram dados a partir dos achados pelos descritores *medicalização*, *trans*, e *saúde pública*, que foram elencados com o operador booleano *AND*, tornando mais eficaz a coleta de materiais nas bases de dados digitais (VILLEGAS, 2019), sendo aproveitados somente pesquisas feitas por psicólogos. Os critérios de exclusão se limitaram às literaturas cinzentas, como matérias jornalísticas, dissertações e teses, dando respaldo somente para trabalhos publicados em periódicos e também livros.

O método para discutir os resultados dessa pesquisa foi o de sintetização dos conceitos trazidos, a fim de se fazer entender a necessidade de interligar as teorias ao papel da psicologia, comentado mais à frente, dando respaldo ao cuidado do corpo transexual frente a uma medicalização por parte do poder normalizador.

## 2 Referencial Teórico

Bento (2006) explica transexualidade como sendo um desdobramento de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros no corpo, em outras palavras, é uma expressão identitária que refuta ao gênero imposto ao nascer, dando possibilidade deste corpo buscar formas de intervenções a fim de se fazer identificar com seu gênero reconhecido, como o uso do nome social e intervenções cirúrgicas.

A especificidade da transexualidade está na explicação dos limites dessas normas de gênero, à medida que a reivindicação de passagem do gênero imposto ao nascer para o gênero identificado exige que os defensores dessas normas de gênero se posicionem (BENTO, 2006).

No contexto societário da transexualidade, uma das dificuldades encontradas por Peres e Toledo (2018) é a da estigmatização e o indeferimento de terem o direito à singularidade, uma vez que esta não é visibilizada, pois as relações de poder que perpassam o corpo tendem a reduzir as sexualidades para um melhor controle (COLLING, 2011, p. 43), ou seja, de poderem exercer uma política afirmativa identitária para serem vistas como pessoas passíveis de direitos.

O conceito de regulação dos corpos a partir da biopolítica, como Foucault (1988) define, cabe aqui com clareza constatar que população transexual necessita estar normatizada em determinada identidade para que possa ser controlada pela disseminação das microfísicas de poder exercidas pelas políticas e práticas de saúde instituídas para essa população. Além disso, Foucault (2018) também afirma que o poder, ao invés de impedir um saber, o produz, assim podendo ser concluído que os saberes/discursos da transexualidade se deram por meio da demanda do poder de intervir nos corpos.

No propósito de falar sobre processo transexualizador no SUS, Ventura (2010) afirma que essa cirurgia se tornou acessível nas políticas públicas a partir da patologização do *transexualismo* – à época, ainda era usado o sufixo *ismo* ao se retratar da transexualidade –, se tornando etapa obrigatória dependendo do rumo diagnóstico da formação identitária, feita durante anos por psiquiatras e psicólogos. Além disso, também poderá ser citado aqui que houve avanços no setor público para o acesso de pessoas trans aos procedimentos médicos do SUS, como a terapia hormonal e a cirurgia já citada acima.

Para isso, o Ministério da Saúde (BRASIL, 2013) formalizou diretrizes técnicas e éticas para a atenção do processo transexualizador no SUS, regulamentando e estabelecendo normas para credenciamento, habilitação e qualificação dos serviços para a realização dos procedimentos, assim como diz Ventura (2010). Além disso, avanços no campo da saúde, no sentido de ressaltar os princípios da universalidade e integralidade do cuidado da população transexual, também se tornam foco de cuidado, não se fazendo mais necessário a centralidade do processo de transgenitalização. (MAIA; PASCHE, 2008)

Dada essa afirmativa sobre o processo de cuidado do sistema de saúde público do corpo transexual, é importante aprofundar sobre o processo de medicalização, uma vez que esse acaba por fazer parte dos procedimentos de cuidado do corpo transexual dentro da saúde pública.

Foucault (2018), indicou o decurso do surgimento da medicalização dos corpos, visto que o hospital e a medicina se detinha somente em analisar as doenças do indivíduo para que este não venha a falecer, contudo, a partir do século XVIII, essas instâncias passaram a ter um viés assistencial. A sociedade normalizadora, em suma,

busca explicar de forma simplista acontecimentos do corpo humano, desconsiderando, muitas vezes, a subjetividade do sujeito, num intuito de normatizá-lo para o padrão.

Com a ideia de que o corpo da população foi classificado, a partir do sexo, uma organização de gestão sobre a vida, este poder tomou dois vieses de identificação, sendo o primeiro como política de vida, disciplinando os corpos, adestrando-os e o segundo como regulação de populações, pois este é acesso de identificar os corpos para melhor esquadrihá-los (FOUCAULT, 1988).

Além disso, Bento (2006) cita uma manobra do poder ao trazer o determinante de que é a natureza quem constrói a sexualidade e a disposição dos corpos enquanto identidade provém de uma construção. Ademais, é enunciado ainda pela autora que a transexualidade é um desdobramento de uma ordem de gênero, fundamentando ainda mais as ideias de normatização e medicalização já citadas nesta pesquisa.

### **3 Resultados**

A psicologia, estando no campo de atuação do sistema de saúde público, traz consigo um eixo fundamentado em conhecimentos teóricos e práticos delimitados pela psicologia da saúde, assim como é citado por Matarazzo (1982), usando da perspectiva de promover e manter a saúde, além de prevenir doenças para garantir a integralidade de cuidado nas políticas de saúde.

Segundo o exposto acima sobre o lugar da psicologia nas políticas de saúde, nos é pertinente entender como esta é convocada a atuar sobre função da população transexual. Segundo Rocon et al. (2016), os processos de construção do corpo transexual sob as tecnologias médicas passaram a ser acessíveis a datar da segunda metade da década de 2010, a partir da Carta dos Direitos dos Usuários do SUS, normatizando diversos direitos que o Estado deve cumprir para com a população trans.

A população TTT apresenta novos significados, nos quais estão incluídas as dimensões das necessidades de saúde, desde os modos de vida ao acesso às tecnologias, à criação de vínculos afetivos entre usuários e serviços e, também, à necessidade de autonomia. Reporta-se, então, a acessibilidade aos serviços de saúde, não se restringindo apenas ao uso ou não dos mesmos, mas incluindo a adequação dos profissionais e dos recursos tecnológicos utilizados às necessidades de saúde dos usuários, afinal, os problemas de saúde dessa população são complexos e suas demandas numerosas (FREIRE et al., 2013).

É trazido o pressuposto de que os corpos regulados por um biopoder se constituem a partir deste somente no espectro biológico, dado que a maioria das intervenções do processo transexualizador perpassa pelas instâncias biológicas. O poder que é exercido nas formas de cuidado de transexuais não se configuram, à priori, na designação de saúde que é difundida em todo o mundo, sendo ela o mais completo bem-estar biológico, psicológico e social.

O lugar da psicologia no âmbito da saúde como uma prática de clínica ampliada, dá a entender que, embora atravessado por um compromisso social de sustentação do acolhimento de instâncias subjetivas, como é aludido por Oliveira et al. (2007), ainda mantém a ideia de regular e normatizar a população, validando a disseminação da microfísica de empoderamento dos indivíduos trans.

A medicalização da transexualidade, numa prática de incitar a regulação dos corpos num viés somente biológico, retira a subjetividade dos sujeitos, em razão de que as instâncias pessoais de história e pensamento de cada indivíduo não são levadas em conta nesse processo, cabendo principalmente à psicologia ter um papel de escuta qualificada e assistencial para as pessoas que para ela recorrem.

A expressão identitária da transexualidade virou um método de biocontrole executado pelo Estado, a partir do momento que é cabida a garantia da confirmação dessa identidade, perpassando pelas normas impostas para intervir diretamente na vida dos sujeitos, tornando-os coletivos, logo, negligenciando suas subjetividades. Para tanto, a psicologia é inserida no papel de se colocar à tona a perspectiva de que os indivíduos não se constituem somente a partir do corpo biológico, mas num âmbito mais abrangente, integrando as pessoas em toda a suas formas de viver (FURTADO; CARVALHO, 2015).

Ora, o corpo transexual demanda da necessidade de ser visto com o atravessamento da equidade, postulada nas diretrizes de formulação do SUS, a fim de ser garantido o cuidado especializado para a diligência trans (VI ENPG, 2017). Logo, é percebido que a saúde pública busca se colocar, conjuntamente de sua equipe multidisciplinar, num espectro de atenção não só biológico do sujeito, mas a partir da ideia de bem-estar definido pela OMS, contemplando também os aspectos psicológicos e sociais.

Em suma, o processo de medicalização do corpo trans, dentro das estruturas do SUS, tangencia o evidenciado nas perspectivas de biopoder, uma vez que esta configura-se somente na regulação do corpo biológico, dispensando as outras formas de se pensar nos indivíduos. Ainda assim, com todo o discurso de integralidade, autonomia e empoderamento que é exteriorizado pelas políticas de saúde, se faz necessário pensar na ideia de que, mesmo as pessoas transexuais estejam sendo contempladas pelo processo de cuidado do Estado, este se faz somente com a finalidade de manter o corpo desses indivíduos normatizados, visando tão somente a produtividade que deve ser alcançada, com intenções autonomizar os sujeitos para tal.

Assim como Furtado e Szapiro (2012) salientam que o governo do autogoverno é habitado nos corpos biológicos de cada indivíduo, a fim de produzir a gestão dos seus estilos de vida, nos faz questionar: por que o Estado, que mantém uma prática de empoderamento e autonomia de cuidado, ainda propaga as relações de normalização dos corpos de pessoas transexuais?

#### **4 Considerações Finais**

A transexualidade, assim como as outras formas identitárias de gênero, é abrangida pelo Estado com intuito de se fazer um corpo normal, capaz de manter-se de acordo com as demandas que irão surgir para garantir a atividade e saúde desses indivíduos. Logo, pensa-se em formas de cuidado para assegurar a regulação dos corpos transexuais. Embora abrangendo não somente a questão biológica, a psicologia se faz no SUS como acolhedora dos indivíduos, tendo uma perspectiva de ouvir as questões das pessoas e entender o sofrimento de cada, para a melhoria psíquica no processo de acolhida, apesar de ainda fazer parte da discursividade reguladora.

É pensado no processo de cuidado do corpo transexual no âmbito da saúde por parte da psicologia não somente no campo do acolhimento do sofrimento psíquico, também nas instâncias burocráticas de promoção de saúde, a fim de se produzir autonomia da população trans para seu autocuidado em todas as esferas mais complexas de suas subjetividades.

Ademais, o contexto sócio-político que está inserido o corpo transexual nas práticas identitárias na contemporaneidade garantiu boa parte das conquistas hoje oferecidas

nos mais diversos âmbitos, mas principalmente no da saúde, haja vista que este vem sendo uma das pautas mais levantadas nos processos de militância de direitos, embora se saiba que esses direitos, primeiramente, se constituíram num processo de se produzir um corpo normal.

## 5 Referências

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 256 p.

BENTO, A. Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas. **Revista JA** (Associação Acadêmica da Universidade da Madeira), nº 65, ano VII (pp. 42-44), maio, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.

COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: Edufba, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 152 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2018. 432 p.

FREIRE, Eduardo Corsino et al. A clínica em movimento na saúde de TTTs: caminho para materialização do sus entre travestis, transsexuais e transgêneros. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p.477-484, dez. 2013.

FURTADO, Maria Edilânia Matos Ferreira; CARVALHO, Liliane Brandão. O psicólogo no NASF: potencialidades e desafios de um profissional de referência. **Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 7, n. 1, p.09-17, jun. 2015.

FURTADO, Mariama; SZAPIRO, Ana. Promoção de saúde e seu alcance biopolítico: o discurso sanitário da sociedade contemporânea. **Soc. Saúde**, São Paulo, v. 4, n. 21, p.811-821, 19 set. 2012.

MAIA, Cipriano; PASCHE, Dário Frederico. **Tratado De Saúde Coletiva: O sistema único de saúde**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MATARAZZO, J. D. Behavioral health's challenge to academic scientific and professional psychology. **American Psychologist**. EUA, v. 1, n. 37, p. 1-14, 1982.

OLIVEIRA, Jacqueline de et al. O Surgimento da Clínica Psicológica: Da Prática Curativa aos Dispositivos de Promoção da Saúde. **Psicologia Ciência e Profissão**, Belo Horizonte, v. 4, n. 27, p.608-621, fev. 2007.

PERES, William Siqueira; TOLEDO, Livia Gonsalves. **Travestis, transexuais e transgêneros: novas imagens e expressões da subjetividade**. Disponível em: <[http://crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos\\_tematicos/11/frames/caderno\\_tematico\\_11.pdf](http://crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/caderno_tematico_11.pdf)>. Acesso em: 03 set. 2018.

ROCON, Pablo Cardozo et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 8, p.2517-2526, ago. 2016.

SANTOS, d. V.; LEMOS, F. C. S. Uma analítica da produção da mulher empoderada. **Psicologia & Sociedade**, 23(2), 407-414, 2011.

SAÚDE, Organização Pan-americana de (Ed.). Documento Contendo Análise Dos Resultados Do I Seminário Nacional De Saúde Lgbt Para Subsidiar Ações Prioritárias Para A Saúde De Lgbt Em 2014. **Ministério da Saúde**, 2014. 48 p.

VENTURA, Miriam. **A transexualidade no tribunal: saúde e cidadania**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

VI ENPG, 2017, Santos. **Processo Transexualizador no SUS: Um mecanismo de garantia da inclusão e plena dignidade de transgêneros e travestis**. [Santos]: Universidade Santa Cecília, 2017. 6 p

VILLEGAS V., Bayardo, **Rápida Y Pertinente Búsqueda Por Internet Mediante Operadores Booleanos**. Universitas Scientiarum [en linea] 2003, 8 (Julio-Diciembre): Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=49900808>>. Acesso em 17 abr. 2019.